

TEXTO 2

Micro e Macroprocessos: Gênero, patriarcado e violência

“A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcentrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos... (BOURDIEU, 1998:15)”.

Ao discutir a temática da violência doméstica mobilizamos um arcabouço conceitual bastante denso e, portanto, é essencial trabalhar algumas definições acerca do que cada um destes elementos significa e como pode nos ajudar a compreender as questões que estamos tratando, pois situar o contexto que legitima e naturaliza certos comportamentos e disposições é fundamental para a compreensão de como e porque determinados comportamentos violentos acontecem com recorrência e de que forma eles guardam certa semelhança em suas práticas e pretensas justificações.

Ao longo deste módulo iremos refletir sobre a categoria gênero, sobre o patriarcado enquanto sistema simbólico de dominação a fim de ampliar nosso olhar sobre as categorias violência e família que já foram introduzidas no módulo anterior, mas que serão revisitadas ao longo de todo curso. Na medida do possível, buscarei correlacionar os conceitos¹ de modo a articular o plano coletivo e o individual nas reflexões para que ao pensar o universal ou social possamos

¹ Lembremos que todo este arcabouço simbólico ao qual estamos nos propondo voltar nosso olhar modela tanto a forma de pensar e agir dos sujeitos para quem nossas ações são direcionadas, quanto o nosso olhar para estas pessoas e o contexto onde se inserem. Portanto o exercício de reflexão acerca destas questões deve operar em um movimento de internalização e externalização do olhar. Em que medida o machismo, sexismo modela o meu modo de pensar determinadas questões e é a referência para as minhas atitudes tanto na dimensão pessoal quanto profissional? Por exemplo: se eu sou uma mulher que foi educada dentro de um modelo machista e patriarcal rígido no âmbito familiar e espelho estas condutas em meu ambiente doméstico me submetendo ao meu marido terei condições de me questionar acerca de como este modelo forma um lastro para a prática da dominação masculina sendo o epicentro gerador de diversas violências praticadas contra crianças, adolescentes e mulheres que eu atendo no meu local de trabalho?

enxergar suas influências no plano individual ou pessoal e, do mesmo modo, ao pensar o individual possamos perceber o que há de estrutural e modelado socialmente na forma como as relações se estabelecem. Nas palavras de Saffioti (2015:14) “Trata-se de microprocessos, assim como de macroprocessos, operando nas malhas fina e grossa, ‘uma sendo o avesso da outra, não níveis distintos (Saffioti, 1999:86).”

A família e o lar são frequentemente descritos como o lugar de proteção, cuidado e afeto. Estas imagens caracterizam o espaço doméstico como um lugar simbólico e concreto com contornos muito bem definidos em termos de sua condição primordial. Contudo a família além de ser este lugar da afetividade e da proteção também é um *lócus* onde se estabelecem conflitos, tensões, violências e inseguranças. A dessacralização da família é um processo que exige uma reflexão contínua e desconstrução do imaginário que a coloca acima de qualquer suspeita. O ambiente doméstico é o palco onde se exercem as relações de poder que estruturam as desigualdades sociais entre os sexos. É onde padrões e normas fundamentadas de hierarquias de gênero são primordialmente reproduzidas e perpetuadas na vida de mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Em decorrência disto o movimento feminista, em suas diversas vertentes, foi pioneiro em debater e dar visibilidade às violências cometidas contra mulheres, crianças e adolescentes no âmbito da família ancorando seus argumentos na correlação entre tais acontecimentos e o exercício do poder² masculino nestes espaços. Para compreender a dinâmica que define vítimas e agressores e as interações entre eles no contexto doméstico é necessário entender como se dão as relações de poder estabelecidas na convivência dos sujeitos neste espaço.

² Como bem destaca Foucault, em *Microfísica do poder*, (1981, p. 183-184): O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) Efetivamente aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através *[sic]* do indivíduo que ele constituiu”.

"Mas afinal que gênero é esse?": gênero como uma categoria analítica que colabora com a análise da violência doméstica ou familiar

CONCEITO DE GÊNERO

O conceito de gênero está longe de conter uma definição unânime. As abordagens e definições seguem um considerável leque de possibilidades. Para fins de entendimento de como este conceito é utilizado ao longo do curso vale salientar que a autora reconhece seu valor enquanto uma categoria analítica. Dito de outro modo, gênero “é bom para nos fazer pensar”. Contudo, mais do que isso gênero é um recurso teórico-metodológico para compreender as hierarquias que fundamentam as desigualdades entre homens e mulheres e suas consequências. Compreendemos que as relações de gênero são, fundamentalmente relações de poder, como bem pontua Joan Scott em seus estudos.

Segundo o Dicionário Aurélio da língua portuguesa a palavra gênero pode ter diversos significados, sendo o seu primeiro “Grupo de espécies que entre si têm certas analogias” e em segundo lugar temos a designação “Classe”. Nesse sentido seriam homem e mulher duas “espécies” pertencentes à “classe” humana? Sigamos com os demais significados possíveis da palavra no Dicionário: modelo, gosto, feitio, maneira, modo, qualidade, força, calibre, estilo. Neste ponto chegamos em uma acepção da palavra um pouco mais detalhista, relacionada à linguística: “Propriedade de algumas classes de palavras, notadamente substantivos e adjetivos, que apresentam contrastes de masculino, feminino e por vezes neutro, que podem corresponder a distinções baseadas nas diferenças de sexo”. Note que a definição acima apresentada aponta que as classes de palavras apresentam contrastes entre

masculino e feminino que podem corresponder a distinções baseadas nas diferenças de sexo e, além disso, introduz o termo neutro, um conjunto de palavras que não se refere a nenhum dos dois outros grupos em específico. Logo após esta denominação vemos o seguinte “Conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos”. De posse deste conjunto de definições da palavra gênero podemos então nos aproximar daquilo que nos interessa no escopo das discussões aqui desenvolvidas.

Como podemos notar pela simples pesquisa no Dicionário a palavra gênero pode suscitar diversas interpretações, visto que pode significar um conjunto variado de coisas e ainda assim pode ser agregado ao significado de determinadas disposições sociais e costumes que são social e culturalmente atribuídos. Se pensarmos este conceito do ponto de vista da linguística devemos observar que as palavras têm significados que provém de representações culturais dominantes, ou

seja, o poder de nomear deriva da hegemonia social de determinado grupo. Dito isto observemos o que diz o Dicionário Aurélio sobre as palavras homem e mulher:

HOMEM:

Mamífero, primata, bípede, com capacidade de fala e que constitui o gênero humano;

Indivíduo masculino do gênero humano (depois da adolescência);

Humanidade, gênero humano;

Cônjuge ou pessoa do sexo masculino com quem se mantém uma relação sentimental e/ou sexual;

Pessoa do sexo masculino que demonstra força, coragem ou vigor;

Abominável homem das neves: figura mítica da região dos Himalaias;

Homem de Deus: homem bom;

Homem de Estado: o mesmo que estadista;

Homem de Neandertal: primata antrope do paleolítico médio, que surgiu na Europa e na Ásia;

MULHER:

Pessoa adulta do sexo feminino;

Cônjuge ou pessoa do sexo feminino com quem se mantém uma relação sentimental e/ou sexual;

Mulher pública: meretriz

Apenas observando a disparidade de tamanho entre os quadros, sem considerar seu conteúdo já é bastante evidente a assimetria entre as definições de ambos. Vemos que entre mulheres e homens existe uma diferença de pesos/poderes. Lembremos que, como foi dito anteriormente, a linguagem é uma expressão simbólica ancorada em relações sociais de poder, determinada por uma cultura hegemônica e os significados das palavras homem e mulher nos dão diversas pistas sobre quem está na posição dominante e quem está na posição subalterna.

Além disso ao observar a definição de homem fica evidente que ele é designado como sendo ele próprio o humano por excelência, sendo a condição de humanidade feminina derivada. Os

homens possuem uma imagem completamente estável no qual referenciar suas experiências individuais, seu lugar é o de pai, provedor, forte e viril. Em relação à diminuta definição reservada à palavra mulher vale destacar que neste exíguo espaço que lhe foi destinado coube uma definição que sobressai. Além de duas definições bastante genéricas sobre a condição da mulher temos como fechamento: “mulher pública: meretriz”.

Se a língua reflete a construção cultural do povo que a nomeia, englobando as características “comuns” ou “socialmente compartilhadas” e, deste modo, identifica os códigos sociais que orientam nossos comportamentos e atribui pesos diferenciados a homens e mulheres em suas acepções, vemos na língua uma expressão da desigualdade de gênero que atravessa a nós, indivíduos, as instituições sociais (estado, escola, igreja, direito, etc.), as normas e valores. Contudo, vale destacar que, a definição de mulher contida no Dicionário Aurélio encontra-se incompleta se a confrontamos com a construção simbólica que a circunda, pois “mulher” é uma denominação dicotômica. Se de um lado ela é representada como a “meretriz”, a “vadia”, “mulher da vida”, de outro, ela é tida como símbolo da “pureza”, a “virgem”, “mãe”. As mulheres não possuem uma imagem simbólica estável onde ancorar sua experiência individual. Em um momento são seres sagrados e logo em seguida são símbolo do pecado e da tentação.

É preciso entender como esta posição privilegiada do homem em nossa sociedade ancora comportamentos de dominação dentro do âmbito doméstico e familiar se traduzindo em comportamentos violentos. A categoria gênero nos ajuda a expor estas assimetrias, mas sozinha não dá conta da complexidade do contexto social que fundamenta e naturaliza as relações assimétricas que geram a violência contra mulheres, crianças e adolescentes. Para isso precisamos nos voltar para as bases estruturais da dominação masculina que é denominada através do termo patriarcado e seu par inseparável o machismo. Sobre isso vejamos o que destaca Freitas (2015, p. 90):

Na sociedade brasileira, como nas sociedades ocidentais, a masculinidade se configura ancorada no patriarcado e, portanto, nos valores presentes nesta organização de gênero. Sendo assim, ao homem se impõe o comportamento de “provedor”, não identificado com o feminino, agressivo, com necessidade de demonstrar força, competitivo, heterossexual, sexualmente potente e conquistador.

PATRIARCADO:

Sistema social que fundamenta a dominação masculina através da submissão de mulheres, crianças, jovens e idosos;

MACHISMO:

Autoafirmação da identidade do homem através da demonstração de força (violência) através da virilidade, dominação e oposição ao feminino (BOURDIEU apud FREITAS, 2015).

Patriarcado e gênero são dois elementos constitutivos da estrutura de dominação masculina que pauta as relações em nosso contexto social. Estamos todas e todos imersos neste contexto e sendo influenciados ou confrontados por estas construções. A posição dominante do homem se estabelece pelo exercício do poder e este se efetiva através do uso da força, da violência.

Ser o polo dominante e, portanto, o Eu em oposição ao Outro que congrega tudo aquilo que está no

polo dominado significa exercer o controle sobre este Outro, em todos os aspectos e principalmente aqueles que denunciam a interdependência de ambos. Por exemplo, a continuidade da espécie humana depende da capacidade reprodutiva dos indivíduos, e a participação masculina no processo de concepção é de natureza pontual e limitada, sendo a mulher aquela que gera um outro ser humano e tem papel central no processo. Para controlar a prole e garantir que os frutos da concepção feminina sejam de sua descendência o homem submete a mulher ao seu controle.

Vale destacar que quando falamos em patriarcado estamos nos referindo à estrutura social que condiciona homens e mulheres à cumprir determinados papéis sociais. Apesar desta estrutura favorecer o homem no sentido de assegurar-lhe uma posição privilegiada em todos os âmbitos de sua existência desde a esfera do trabalho até o ambiente familiar este está tão condicionado às determinações patriarcais quanto as mulheres:

É como se o homem tivesse obrigação de provar sua masculinidade através da violência; não lhe é permitido chorar, demonstrar seus sentimentos e afetos, ser homossexual, fraco, perdedor e passivo nas relações sexuais; ao contrário ele deve ser forte, corajoso, pai, macho, heterossexual, viril e provedor da família, dominador, destemido, determinado, autoconfiante, independente, agressivo, líder, enfim, é uma imposição da sociedade na representação do seu papel social (FREITAS, 2015 p.93)

Até o momento falamos sobre o conceito de gênero e como ele revela as assimetrias entre homens e mulheres e começamos a pensar sobre como estas assimetrias estruturam as relações sociais fundamentando a posição de dominação masculina através do patriarcado. Todas estas reflexões fundamentam um plano macrosocial que dá sentido ao que chamamos violência

doméstica, que é um fenômeno que se dá no plano microssocial. Deste modo é importante compreender como gênero/patriarcado/machismo se articulam e materializam no contexto social, nas relações interpessoais e, por conseguinte, no âmbito das nossas intervenções.

Como já mencionado anteriormente a dominação masculina é exercida através de diversas estratégias, entre elas, o uso da força. Este uso é vivenciado de modos particularizados e tem características próprias, pois a violência masculina é socialmente enfatizada desde a infância através de diferentes condicionamentos. A este respeito observemos o quadro que se segue:

SETE “P” DA VIOLÊNCIA MASCULINA (KAUFMAN apud FREITAS, 2015:97-98):

- **Poder Patriarcal:** sociedades dominadas por homens são estruturadas na hierarquia e violência de homens sobre mulheres e também sobre outros homens e na “auto-violência”, constituindo um ambiente que tem como principal função a manutenção do poder da população masculina;
- **Privilégios:** as violências cometidas pelos homens não acontecem apenas devido às desigualdades de poder, mas também, a uma crença de merecimento de privilégios que devem ser concedidos pelas mulheres;
- **Permissão:** a violência contra a mulher é abertamente permitida e até estimulada pelos costumes sociais, códigos penais e por algumas religiões. Do mesmo modo, a violência de homens contra outros homens é não apenas permitida, como também celebrada e banalizada em filmes, esportes e na literatura;
- **Paradoxo do Poder Masculino:** para desenvolver seus poderes individuais e sociais, os homens constroem armaduras que os isolam do contato afetivo com o próximo e da arena do cuidado para os outros ou para ele mesmo;
- **Armadura Psicológica da Masculinidade:** constituída a partir da negação e rejeição de qualquer aspecto que possa parecer feminino;
- **Pressão Psíquica:** os homens são educados desde a infância para não experienciar ou expressar emoções e sentimentos como medo, dor e carinho. A raiva, por outro lado, é uma das poucas emoções permitidas e, assim, outras emoções são canalizadas por este canal;
- **Experiências Passadas:** o fato de muitos homens crescerem observando atos de violência realizados por outros homens – muitas vezes seus pais – pode caracterizar tais situações como a norma a ser seguida.

Através do que observamos no quadro construído por Kaufman vemos que a condição masculina é alvo de um controle estrito acerca das possibilidades de expressão das emoções e há uma intensa pressão social no sentido dos comportamentos esperados. Ao mesmo tempo que a sociedade confere aos homens uma posição de privilégio dentro de seu ordenamento ela controla

e limita sua possibilidade de ser e exercer o poder que lhe é reservado na medida em que ser homem significa sê-lo de determinada forma, obedecendo a determinados critérios e a partir de determinados comportamentos ditos como próprios do masculino.

É preciso neste momento destacar um outro aspecto fundamental acerca do fenômeno que estamos abordando ao longo das reflexões deste curso que é o âmbito onde ocorrem as violências doméstica e familiar, a saber, o âmbito privado. O espaço doméstico é o nosso primeiro e primordial espaço de socialização. É onde adquirimos os referenciais sociais primários e onde apreendemos e internalizamos as representações sociais do “masculino” e do “feminino”. Ou seja, é onde aprendemos o que significa ser homem e ser mulher. Fazer estas afirmações não implica em esgotar ou restringir ao âmbito doméstico o contexto desta aprendizagem ela permeia todos os espaços sociais onde estamos inseridos (escola, trabalho, espaços de lazer) estando contida nos conceitos normativos, nos comportamentos “esperados” e nas interpretações sobre o ser “homem” e ser “mulher” que perpassa cada um destes locais. Apenas é necessário enfatizar que formamos a base de referência acerca destas construções simbólicas a partir deste primeiro referencial que é o nosso lar. A forma como as condutas masculinas e femininas são operacionalizadas e internalizadas dentro da casa, pela família, fornece aos sujeitos um primeiro código com o qual eles podem se relacionar e confrontar as demais influências que recebem nos espaços sociais.

Precisamos nos questionar: como são construídas as oposições entre a esfera pública e a esfera privada e como elas dão suporte à um amplo exercício da dominação e consequente violência no espaço do lar? Qual a privacidade que é construída e protegida?

Se a Política de Assistência Social tem como uma das principais diretrizes norteadoras do seu trabalho social a matricialidade sociofamiliar isto implica que sua atuação se volta diretamente para a dimensão privada das relações sociais dos indivíduos isso significa que precisamos compreender o que vem a ser esta esfera privada e qual a correlação dela com o espectro mais amplo das relações sociais atribuídas à dimensão pública, bem como, o que fundamenta e legitima a intervenção estatal, através das diversas políticas públicas no que convencionamos tratar como uma esfera “particular” e “resguardada”.

Como bem coloca a autora Susan Moller Okin (2008, p. 305), quando trata da dicotomia público/privado, “A ausência de reflexão sobre gênero - especialmente sob duas formas, a

negligência à realidade política das relações familiares e a linguagem 'neutra' - tem levado muitos teóricos, do passado e do presente, a reafirmar essa dicotomia sem levar em conta sua natureza patriarcal". Nós somos levados a afirmar e a tomar como natural esta divisão entre o público e o privado e não problematizamos seus usos e sentidos:

Algumas vezes explicitamente, mas mais frequentemente de maneira implícita, perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas, e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal (OKIN, 2008,p. 305).

A forma como definimos ou nos referimos à esfera privada se dá de forma variada, algumas vezes destacamos o controle da informação sobre o que ocorre neste espaço, as vezes evidenciamos a liberdade em relação ao direito à privacidade, em outros momentos nos referimos à liberdade em relação a interferência ou intrusão nas atividades ou decisões de alguém. Quando atentamos para as distinções entre público e privado podemos perceber que, conforme demonstra Okin (2008), estas terminologias são usadas para indicar ao menos duas distinções conceituais centrais. Público/privado é usado tanto para evidenciar a distinção entre Estado e sociedade, quanto para destacar a diferença entre vida pública e doméstica. Nestas duas distinções observamos que o Estado é (paradigmaticamente) público, assim como a família e a vida doméstica são (paradigmaticamente) privadas. Mas destacamos que a dicotomia público/privado possui mais de um sentido, vejamos, por exemplo, a situação da sociedade civil, que se encontra em uma posição intermediária. Em relação à primeira dicotomia (Estado/sociedade) sociedade civil pertence ao âmbito do "privado" das relações, já em relação à segunda dicotomia ela faz parte daquilo que denominamos esfera pública e deste modo "transita" entre ambas as dimensões conforme os usos empregados.

Ao transpor estas discussões para o nível das relações interpessoais vemos que a esfera pública é constituída simbólica e praticamente como o espaço de atuação dos homens por excelência sendo responsáveis pelas ocupações econômicas e políticas, enquanto as mulheres estariam relacionadas à esfera privada como o cuidado, o trabalho reprodutivo e a domesticidade. Esses pressupostos geram efeitos de largo alcance na estruturação destas esferas.

A exemplo do que foi posto no parágrafo acima a concepção moderna e liberal de privacidade a define como "direito dos indivíduos", sendo estes indivíduos com frequência

explicitamente definidos como "adultos, chefes de família, masculinos³". Disso derivam referenciais simbólicos acerca do poder exercido pelos homens em relação ao controle exercido sobre os outros membros da sua esfera privada – aqueles que por sua condição de sexo, idade ou condição de servidão eram vistos como legitimamente controlados por eles tendo sua existência limitada à esfera de privacidade.

"O privado é político!"

Este é um conhecido slogan feminista de meados da década de 60 que tem muito a ver com o que estamos discutindo na medida em que evidencia o caráter histórico das distinções entre público e privado que corroboram com a reprodução das desigualdades de gênero apresentadas como "naturais e inevitáveis", quando, na verdade, fazem parte da construção social das hierarquias entre homens e mulheres. Assim ao jogar luz sobre as implicações políticas daquilo que era considerado paradigmaticamente "não-político" as teóricas feministas trouxeram o âmbito doméstico para o rol das preocupações sociais e daí derivam as responsabilidades das políticas públicas, entre elas a Assistência Social, para com as implicações das ações estatais e seus efeitos na vida doméstica.

Todas estas reflexões teóricas são elementos fundamentais para que possamos construir um arcabouço analítico capaz de orientar nossa abordagem e fundamentar as estratégias analíticas e práticas voltadas ao enfrentamento da violência familiar e doméstica. Compreender que a privacidade do âmbito familiar ao mesmo tempo que guarda estreita relação com a autonomia dos sujeitos acerca da constituição de suas relações afetivas e interpessoais também pode ser um elemento de encobrimento de diversas situações de abuso e violência deve ser alvo de um olhar atento e desmistificado, pois, a sutileza entre proteção e violação reside nas ambivalências destas relações.

³ A respeito destas análises ver: Lorene Clark e Lynda Lange (1979); Jean Bethke Elsktain (1981); Susan Molle Okin (1979).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FREITAS, Solange Bassetto. **E agora José? Ideologias de gênero e autores de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

GUEDES, Maria Eunice Figueredo. Gênero: o que é isso? **Psicologia, ciência e profissão**. Brasília, v.2, n.1, p. 5-11, 1995.

OKIN, Susan Moller. Gênero, público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 16, p.305-332, ago. 2008. Trimestral.

SAFFIOTI, Heilieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Brasil urgente)

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, gênero e representações sociais: uma reflexão necessária**. Florianópolis: Anais Eletrônicos, 2013. p. 1-9 ISSN: 2179-510X.

Site:

Dicionário Aurélio: <https://dicionariodoaurelio.com> Acesso em: 09/01/2018.